



SEVERINO, Antonio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão. Campinas. SP: Papirus, 2003. 192p.

OS DIVERSOS NÍVEIS DE ENSINO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Como terceiro volume da série Cidade Educativa, editado pela Papirus em 2003, contemplamos uma coletânea de textos de pesquisadores brasileiros, apresentados no Fórum Paulista de Pós-Graduação em Educação (FPPGE) no estado de São Paulo. O Fórum tem como objetivo estimular a produção científica e produzir subsídios para o aprimoramento qualificado da formação de docentes e discentes, mediante a construção do conhecimento no campo educacional pela prática da pesquisa e pela aplicação dos seus resultados, na formação e na qualificação dos profissionais da educação. Inicialmente, Selma Garrido Pimenta e Waldemar Marques apresentam seu texto A pós-graduação em educação no Estado de São Paulo. Entre tabelas e gráficos trazem-nos os resultados da pesquisa iniciada em maio de 2001, junto aos programas de pós-graduação em educação das universidades paulistas. Apresentam-nos quadros quantitativos da pós-graduação em educação, desde a sua recente criação na década de 1970, referentes à oferta de vagas, ao número de alunos matriculados e formados e o tempo médio para sua titulação, bem como o quadro de docentes, o que mostra-nos a predominância da universidade pública nos programas de pós-graduação, em comparação com as particulares e confessionais. Quanto aos alunos, os dados apresentados sobre sua caracterização mostram que a faixa etária ingressante é de mais jovens, saindo direto da graduação, predominantemente do sexo feminino, oriundos da classe média da população, muitas vezes sem experiência profissional.

Trazem também dados e reflexões sobre o apoio financeiro aos pós-graduandos pelas entidades mantenedoras Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ou por bolsa-emprego, sejam eles procedentes de universidades públicas, particulares ou confessionais no sentido de ampliar em quantidade e qualidade a comunidade de pesquisadores, o que aumenta a qualidade da formação na pós-graduação pela maior disponibilidade de tempo para os estudos. A forma ou os meios de divulgação da produção acadêmica, bem como as repercussões dos programas de pós-graduação em educação e em outras áreas de atuação, tanto nacional quanto internacionalmente, embora ainda em número reduzido, revelam a importância da universidade e o seu papel na sociedade. Também fizeram parte desta pesquisa a metodologia e os procedimentos de investigação predominantes nos programas, a organização da pesquisa por temas e projetos nas universidades. Chamam nossa atenção para a ausência de temas relevantes como currículo, interdisciplinaridade, planejamento escolar, educação ambiental e metodologia da pesquisa em

Apresentam-nos relatos e reflexões das diferentes universidades sobre a integração e relações entre o programa de pós-graduação e a graduação nas três dimensões: ensino,

pesquisa e extensão. Não como conclusão, mas como oportunidades para reflexões e debates, os autores pontuam alguns aspectos da pesquisa, consideram suas dificuldades, diversidades e progressos que os programas de pesquisa em educação têm em seu cotidiano. No texto Políticas públicas de educação profissional: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas públicas em São Paulo, escrito por Helena Gemignani Peterossi e Almério Melquiades de Araújo vemos a necessidade e as dificuldades de transformação na educação e no ensino, necessárias às novas mudanças e desafios que a globalização trouxe para o trabalho, principalmente com a inserção das novas tecnologias. Nessa perspectiva, trazem para este cenário uma breve revisão histórica das instituições profissionais: o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) que coordena as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e as Escolas Técnicas (ETEs) e as adequações necessárias de acordo com os parâmetros legais vigentes; os dados sobre a demanda social para o ensino técnico; o perfil socioeconômico referentes à faixa etária e à renda dos alunos e a reestruturação curricular em busca da flexibilização e das competências do ensino técnico.

Dessa forma, inserem-nos no contexto das transformações políticas, sociais, econômicas e organizacionais por onde passa a educação profissional e o mundo do trabalho, revelam-nos o desafio de formar para um mundo em mudança, o que pressupõe romper paradigmas de uma educação tradicional e disciplinar para um ensino interdisciplinar. A seguir, Jair Militão da Silva apresenta o texto Políticas públicas em educação e formação de profissionais da educação para a administração de sistemas municipais de ensino. Sua ampla experiência administrativa em unidades e sistemas ligados à formação de profissionais da educação e como pesquisador das políticas públicas, conduz o leitor às reflexões sobre a formação inicial e continuada qualificada dos profissionais que ocupam posições de direção na rede de ensino municipal. Assim, inicia com a seguinte pergunta: A serviço de quem? As respostas ao longo do texto mostram o difícil caminho para uma administração democrática, pois exercem sobre ela muitas influências, uma vez que a ação educativa não é neutra. As condições que permeiam formação são apontadas pelo autor: o conhecimento da realidade; a parceria e a participação popular de forma ativa e responsável; novas competências pela formação continuada para atender às novas exigências educacionais a todos da escola e uma boa avaliação entre o que é planejado e o que é executado, garantem a qualidade de ensino. Todavia a grande contribuição dos que dirigem a escola, principalmente a pública, é atuar na sociedade para que ela valorize os trabalhadores em educação.

Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira escrevem Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social com o objetivo de analisar aspectos das políticas de acesso e permanência no ensino superior, do financiamento estudantil e do mercado de trabalho em mudança. Embora os números mostrem um crescente aumento das instituições de ensino superior, principalmente as particulares, há ainda uma preocupação com a defasagem nos números de alunos que freqüentam esse nível de ensino, em comparação aos demais países citados no texto.

A mídia divulga os estudos sobre os processos de seleção excludentes para os alunos provenientes de classe social baixa, desde o seu ingresso, pelo concorrido vestibular nas universidades públicas até o difícil financiamento estudantil nas universidades particulares e com a necessária qualificação para o mercado de trabalho. Embora haja autonomia nas universidades para processos diversificados de modelos de seleção a ser adotado e que são garantidos por lei, as inovações desta seleção não têm conseguido alterar o panorama de seletividade social, uma vez que privilegia para as universidades públicas, os candidatos com maior capital econômico e cultural. Assim, a autora lança o desafio para romper com os fundamentos da seletividade social se quisermos uma educação pública que atenda a demanda de toda a população por uma sociedade democrática.

Marina Graziela Feldman em Questões contemporâneas: mundo do trabalho e democratização do conhecimento traz para o debate das políticas educacionais a dimensão da relação entre educação e o mundo do trabalho, dentre as inúmeras possibilidades das relações entre contemporaneidade e educação, considera a sua complexidade, ambigüidade e diversidade.

Feldman faz um belíssimo relato histórico da concepção de trabalho desde a Idade Média passando pelo marxismo até nossos dias, abordando a transformação do homem e da sociedade.

Revela-nos as implicações para a educação em virtude das mudanças na concepção do trabalho, principalmente a partir do processo de produção capitalista. Portanto, para tratar

dessa questão, apresenta-nos as concepções e os métodos tayloristas e fordistas que exigiam trabalhadores pouco escolarizados, para uma produção em massa. Da era da produção em massa passa-se à era da sociedade do conhecimento com o advento das transformações tecnológicas de base microeletrônicas, o que exigiu um desenvolvimento do sistema educacional e uma maior qualificação das pessoas em razão da competitividade e da produtividade.

Feldman tem como parceiros, autores que definem o conceito de modernidade, visto que os atributos do processo de produção moderno estão relacionados ao conhecimento, portanto, ao processo educativo.

Dessa forma, a escola precisa estar preparada para as transformações presentes na sociedade contemporânea. Isso indica que além do saber formal ela é responsável pela construção de sentidos, significados e de ideologias comprometidos com a formação ampla do cidadão.

O texto de Maria Machado Malta Campos Profissionais de educação infantil: desafios para a política educacional revela dificuldades e tensões que a realidade da educação infantil apresenta em contrapartida com as diretrizes legais vigentes. Mostra-nos a problemática da segmentação do atendimento às crianças pela integração das creches, das pré-escolas e das primeiras séries do ensino fundamental (hoje anos iniciais) em uma carreira escolar única, tanto municipal quanto estadual, o que provoca distorções quando ocorre a transferência dos alunos de um sistema de ensino a outro, pelo mau entendimento das leis e pareceres e/ou pela precária orientação/integração dos Conselhos de Educação aos sistemas de ensino.

A autora apresenta dados sobre a escolaridade e a formação de educadores de creches, pré-escolas e também ressalta as discrepâncias e segmentações existentes nesta área, desde a aprovação da LDB 9394/96, com as exigências de formação que são mínimas, em relação ao que acontece nesta realidade escolar.

Chama nossa atenção para a necessária formação e atualização de administradores, diretores e técnicos em relação à realidade da creche, uma vez que ela é integrada ao sistema municipal de ensino e não é entendida como tal. Campos ainda levanta a questão da educação infantil no âmbito da pesquisa e do debate acadêmico e mostra-nos a segmentação que se projeta nesta realidade fragmentada da educação infantil e da creche. Dessa forma, seu texto revela que há ainda muitos desafios a serem superados para a realidade da educação infantil e a formação dos profissionais nesta área.

A educação à distância não poderia estar fora do debate das políticas educacionais, portanto, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida escreve Educação à distância: diretrizes políticas, práticas e concepções que traz uma reflexão sobre o crescente interesse que a mesma desperta na sociedade, na mídia, nos setores governamentais e nas organizações educacionais e empresariais.

Revela-nos suas concepções e sua evolução no Brasil, as possibilidades interativas que o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação trouxe para essa modalidade educacional, os desafios a serem superados em relação ao uso da tecnologia numa concepção dialógica e como meio de inclusão social; à formação de professores e gestores e à avaliação. Informa-nos sobre as práticas e parcerias entre universidades, Secretarias de Educação e instituições públicas que buscam metodologias inovadoras para a formação de professores e gestores em relação ao uso da tecnologia na prática pedagógica numa ótica de interação e construção de conhecimento.

A educação à distância, a tecnologia e a inclusão digital merecem ainda importantes diretrizes políticas que garantam uma educação de qualidade e que atenda à demanda da população brasileira.

Destarte, percorrer o contexto das políticas educacionais é salientar para a importância de que ainda há o que fazer para atender a camada menos privilegiada da educação, uma vez que é preciso ampliar o entendimento e aplicação das diretrizes legais já estabelecidas. Podemos observar que nos diferentes níveis de ensino, os pesquisadores indicam a formação continuada dos educadores e administradores, bem como um ensino que rompa o tradicional para uma formação ampla e interdisciplinar do cidadão. Vale lembrar o quanto é importante o apoio financeiro à pesquisa podendo inserir neste contexto que, além das entidades mantenedoras, o Governo do Estado de São Paulo tem proporcionado o apoio aos seus professores que queiram realizar pós-graduação, o que considero um passo importante para a formação dos professores da rede estadual de ensino com vistas à qualidade da educação pública. Resta saber se os esforços se estenderão às questões salariais e/ou às condições de trabalho para que esses professores permaneçam na escola pública.

Resenha produzida por Arlete Zanetti Soares,